

## ACTA Nº 4/93

- - - Aos dezassete dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Viana do Castelo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo sob a presidência de António Ribeiro de Oliveira Amaral, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão os Membros José Augusto Neiva de Sá e Margarida Afonso dos Santos, respectivamente Primeiro Secretário e Segundo Secretário. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Fernandes Branco Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo Esaú Silva da Rocha, Augusto Gonçalves Parente e António José Martins Pereira e António Fernando de Jesus Seixas. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão com a presença de ... Membros e a falta de ... Membros, conforme documento que se junta sob o número 1. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - **ARMINDO MOURA:-** Aludiu à visita do Primeiro Ministro que se realizará amanhã ou no Domingo, seguidamente aludiu à oportunidade de na próxima reunião, sendo aquela a última que antecede as eleições autárquicas, feito um balanço geral acerca da acção do actual Executivo Municipal, em várias vertentes que fazem parte da competência deste no âmbito da actividade Municipal e por arrastamento o partido que suporta a autarquia ou seja o PSD. Fez uma dissertação acerca do que referiu, tecendo críticas acerca da oportunidade e inoperância do órgão Assembleia Municipal, devido aos vários factores que uma maioria que no mesmo impera, fazendo uma prosa na qual foi feita uma abordagem descritiva por defeitos e esquecimentos de acção por parte do executivo Municipal, nomeadamente a ligação da Autarquia à "GreenPeace", para uma desertificação, no domínio da circulação de viaturas, na zona histórica da cidade.

- - - **DAVID CARDOSO:-** Aludiu ao acordo noticiado na TV. relativo à retirada da circulação de viaturas no perímetro histórico da cidade. Ainda relativamente ao Sector de trânsito referiu a

necessidade em ser colocada sinalização luminosa no cruzamento da estrada Viana-Porto, em Darque, no entroncamento com a estrada que leva a Ponte de Lima, como forma de evitar a ocorrência de acidentes de gravidade incalculável. No domínio do acordo com a Associação "GreenPeace", sugeriu que fosse efectuado um trabalho tendente a limpar o concelho das lixeiras, uma vez que cada vez mais se está a alargar tal aspecto degradante no concelho, convidando o Presidente da Câmara para verificar "In loco" a existência deste tipo de degradação ambiental.

- - - **FILIFE CAVALEIRO:-** Aludiu ao trânsito na cidade, nomeadamente à perspectiva de construção de uma gama de parques de estacionamento na cidade, mas teme que, dada a grandiosidade dessas obras, as mesmas levarão um prazo muito dilatado a concluir e os problemas relativos ao trânsito automóvel continuarão a verificar-se. Relativamente ao aparcamento de viaturas na cidade apontou vários locais indicados para esse efeito, nomeadamente os terrenos junto ao Barracão de Touros, onde, com a execução de pequenas obras, poder-se-ia colmatar a dificuldade de estacionamento tanto de viaturas ligeiras como de pesados. Quanto à rede viária questionou acerca da extensão de reparação da via que liga o Barracão de Touros e a freguesia de Meadela. Finalmente criticou as dificuldades de trânsito na cidade, agravada pela apertada fiscalização policial e solicitou a execução de pequenas obras na cidade com vista a minimizar essa dificuldade.

- - - **RAMIRO REGO:-** Fazendo menção em prescindir do uso da palavra, focou apenas um pequeno pormenor de contradição entre o acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a Organização "GreenPeace", tendente à redução do peso da circulação de viaturas na cidade, como forma de defesa ecológica e do ambiente e o impacto que haverá pela construção da anunciada via dupla junto ao Jardim marginal.

- - - **AMILCAR SANTOS:-** Apontou o corte havido na copa das árvores públicas localizadas no loteamento de St<sup>a</sup>. Cristina na Meadela, para dar vista das respectivas habitações aos futuros compradores dos prédios, uma vez que tal loteamento foi aprovado pelo Executivo anterior da responsabilidade do PSD, questionando acerca da data da aprovação do licenciamento para a

construção. Relativamente ao Protocolo celebrado entre a Autarquia e a Organização "GreenPeace", solicitou um esclarecimento acerca das zonas que irão ser abrangidos pela limitação de trânsito. Quanto a artérias viárias aludiu ao mau estado do piso da Avenida Capitão Gaspar de Castro, bem como o do arruamento superior ao viaduto de Santo António.

- - - **BOUÇA DE MORAIS:-** Focou o interesse em ser levado a efeito uma campanha de educação da população com vista à selecção dos vários géneros de lixos urbanos, dada a utilidade em ter sido colocada uma gama de contentores para lixo selecionado pela cidade (vidro, papel, etc.) e se este apetrechamento com estes dispositivos é fruto de alguma campanha e se o é qual o resultado apurado até ao presente. Ainda inserido neste tema, solicitou uma informação acerca do estudo que está a ser levado a cabo pelo Instituto Politécnico relativamente à recolha e tratamento de lixos urbanos.

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Aludiu à carta aberta escrita pelo Primeiro Ministro, Professor Cavaco Silva, dirigida à população que irá ser distribuída em conjunto com os jornais públicos e que, para os habitantes do grande Porto e da grande Lisboa, será distribuída pelos correios, que focará a importância do P.D.R. e a altos valores financeiros previstos para os próximos 6 anos em termos de investimento, bem como a criação de cerca de 100.000 postos de trabalho, definindo como prioridades a educação, a modernização das empresas, o ambiente e a redução dos desequilíbrios regionais, questionando, em primeiro lugar, que no P.D.R., segundo uma análise simplesmente técnica efectuada pelo Professor Daniel Bessa, o norte, mais uma vez, ficará prejudicado comparando a verbas destinadas ao Norte e que irão para o resto do País, o que continuará a acentuar os desequilíbrios regionais existentes. Seguidamente questionou o Presidente da Câmara acerca da audição havida do Executivo da Câmara para a elaboração do documento em questão uma vez que a Assembleia Municipal não foi ouvida quanto à elaboração do P.D.R., como legítima representante da população Vianense. Quanto ao exposto na primeira questão questionou ainda o Executivo Municipal acerca do número das reuniões havidas e quais as sugestões apresentadas, uma vez que, se houve audição do Presidente da Câmara, deveria ter dado conhecimento do conteúdo apresentado aos Membros da

Assembleia Municipal, como forma de um alargado debate, dada a importância do documento em questão. Seguidamente criticou a inoportunidade da visita do Primeiro Ministro à Adegas Cooperativas de Ponte de Lima cujo presidente é o candidato pelo PSD à Câmara Municipal de Ponte de Lima.

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-** Relativamente à intervenção do Membro Armindo Moura manifestou a opinião do vazio que traduziu a intervenção daquele Membro, acusando-o de com ela nada trazer de positivo e inovador à sessão da Assembleia Municipal, relativamente ao debate das questões. Seguidamente teceu um número de críticas às afirmações apresentadas por aquele Membro. Focou a inoportunidade e desfazada crítica que o Membro em causa fez relativamente ao trânsito na cidade (expresso na Av. dos combatentes) dado o propósito da Autarquia em proporcionar aos vianenses um facilitado acesso aos transportes públicos de passageiros, nomeadamente expressos e automóveis de aluguer (táxis). Relativamente à execução de obras pela autarquia acusou o Membro Armindo Moura de falta de veracidade nas afirmações que fez, uma vez que a Autarquia, tendo escassos meios financeiros, mostrou obra que não foi vista na cidade. Quanto à intervenção do Membro Amílcar Santos criticou aquele Membro pela intervenção. Finalmente criticou a oposição pela acção desta em defesa dos interesses dos vianenses.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Defendeu e elogiou a intervenção do Membro Armindo Moura, uma vez que retirou até oportunidade de intervenção aos Membros seguintes. Lembrou um pedido apresentado pelo Partido Socialista relativamente às verbas gastas pela Autarquia com publicidades nos jornais e que, até ao momento, não obteve resposta. Quanto à intervenção do Membro Antero Filgueiras, criticou a intervenção deste quanto à grande actividade da Câmara Municipal em tão pouco espaço de tempo. Relativamente à visita do Primeiro Ministro sugeriu que fosse feita pressão junto daquele Membro do governo para uma abreviação na execução da Via do IC1, dada a necessidade dessa via como meio de desenvolvimento da zona e facilidade do trânsito rodoviário, bem como da auto-estrada Braga-Valença e Via rápida do Vale do Lima. Outro aspecto importante a colocar àquele Membro do Governo pelos autarcas será a "fuga" para o Porto ou Braga de estruturas de serviços

distritais que se prevê que irão ser deslocadas, como Centro Regional de Segurança Social, Telecom, etc., dados os aspectos negativos consequentes para a cidade e para a região. Outro aspecto que focou de interesse para colocar ao Primeiro Ministro será a perda de uma encomenda de vulto pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, dada a previsão de crise que se antevê para aquela empresa e ainda para Portucel, questões estas que, na sua opinião, ultrapassam os interesses partidários. Finalmente aludiu às intervenções dos Membros Armindo Moura e António Silva, solicitando ao Presidente da Câmara informação acerca das actividades previstas decorrentes das negociações havidas entre a Câmara Municipal e o "GreenPeace".

- - - **ALCINO LEMOS:-** Criticou as intervenções dos Membros da oposição para com a visita do Primeiro Ministro, em contraponto com o papel desempenhado pelo Partido Social Democrata aquando da visita a Viana do Presidente da República e lamentou tal procedimento dos partidos da oposição quanto a essa visita.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Iniciou a sua intervenção parafraseando "Roma e Viana não se fizeram numa semana", comparando o pleonasmo "semana" com os mandatos, uma vez que um já passou e o outro se aproxima. Relativamente à visita do Primeiro Ministro focou o carácter histórico da visita em causa e ilustrou essa posição com um detalhado rol de contratos-programa decisivos para o desenvolvimento do concelho que irão ser celebrados durante a visita do Primeiro Ministro, após a cerimónia da inauguração das obras de ampliação e recuperação dos Paços do Concelho, para as quais houve uma comparticipação estatal, após o que passou a enumerar os contratos-programa, nomeadamente o relativo aos Paços do Concelho (antiga Biblioteca Municipal) 200.000 contos e transferência dos serviços oficiais do Município que contarão com um apoio da ordem dos 120.000 contos, o celebrado com o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, que permitirá a transferência até final do ano em curso, para o Município, de cerca de 100.000 contos assumindo o Estado o compromisso em apoiar as candidaturas que a câmara Municipal fez no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional, as quais foram devidamente acompanhadas pela Câmara Municipal, que

envolvem verbas de cerca de 10 milhões de contos para obras de abastecimento de água e no saneamento até ao fim do século em curso, outro protocolo que anunciou é para a construção da Escola Básica integrada de 24 salas, com pavilhão escolar na freguesia de Areosa para servir a população tanto escolar como a residente (projecto pioneiro no País) na qual o Município apenas pagará cerca de 12,5% do custo total, outros relativos a equipamentos desportivos para onde irão ser transferidos do Estado para o Município cerca de 200.000 contos, outro com o Grupo Desportivo dos Estaleiros Navais para construção de uma piscina de aprendizagem em terrenos pertencentes aos Estaleiros Navais, equipamento que irá servir tanto os trabalhadores daquela empresa como o das escolas de Monserrate, bem como a população lá residente, um outro protocolo para beneficiação do pavilhão escolar de Darque, um que participará as despesas de beneficiação da piscina Municipal Afonso III, outros que visam obras de beneficiação nos pavilhões gimnodesportivos de Monserrate, Santa Maria Maior e ainda o da Casa do Povo de Lanheses, construção de outro pavilhão desportivo na freguesia de Darque, que servirá a Escola C+S e a população local ao lado do já existente e em construção, outro que reforça a comparticipação financeira para o pavilhão escolar do Monte da Ola. Seguidamente informou da dificuldade em apresentar o processo de candidaturas e frisou que todo o êxito destas candidaturas e apoios conseguidos se devem à amizade tida pelo Primeiro Ministro à cidade de Viana. Informou ainda de que a assinatura destes contratos acontece no nosso concelho e que são os Membros do governo que vêm ao nosso concelho. Quanto às acessibilidades, afirmou a sua certeza de que virão a ser uma realidade e informou que lhe foi comunicado pela empresa adjudicatária do troço Darque-Neiva que as obras se irão iniciar brevemente e pensa concluí-las até finais de 1994 e as restantes vias estão planeadas em documentos que fazem delas uma certeza, embora possa haver alguns atrasos nas datas da efectivação dessas importantes estruturas viárias. Quanto à publicidade, criticou acções de outros Municípios quanto a propaganda política e pessoal, mas não o fazendo dessa forma, mas sim pela imprensa pública e regional-local. Quanto ao trânsito focou a dificuldade que sempre há em qualquer Município em resolver esse problema eficazmente, manifestando a opinião de

que a cidade ainda não tem problemas de trânsito, focando os parques existentes nos terrenos conquistados ao Rio Lima e lembrou os restantes projectos para dotar a cidade de parques de estacionamento por forma a evitar que as viaturas não circulem no centro histórico, a melhoria dos transportes públicos, havendo intenção de, em diálogo com os agentes económicos, melhorar o trânsito na cidade. Informou também da inauguração prevista para o dia 7 de Outubro próximo das obras do Teatro Municipal Sá de Miranda, com a presença do Secretário de Estado da Cultura, cuja secretaria participou nessas obras. Quanto aos contactos havidos com o "GreenPeace", afirmou a efectivação e importância dos mesmos, tendo tido conhecimento de ter sido alvo de elogios e apreço pela acção encetada neste domínio de libertar a zona histórica do trânsito automóvel. Seguidamente informou acerca das previsões exaradas no Plano de Urbanização da Cidade no sentido de melhorar o trânsito na cidade. Quanto aos resíduos sólidos informou de que a cidade de Viana tem sido louvada pela limpeza que nela se verifica, embora haja necessidade em melhorar este ponto de higiene e solicitou cooperação da população em geral para higiene e limpeza.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- - - Passou-se ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o número 2.

#### **PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (doc. nº 3).**

- - - **AMILCAR SANTOS:-** Criticou a informação escrita do Presidente da Câmara de nada dizer de concreto e ser ambígua na grande parte dos assuntos.

- - - **FILIPPE CAVALEIRO:-** Questionou o Presidente da Câmara acerca da quantidade de endividamento da Autarquia e investimento no património da Câmara.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Informou e ilustrou o facto de que com o endividamento actual da Câmara de Viana, este é, neste domínio, uma das situações mais desafogadas e, qualquer acção para contracção de empréstimos, tem de ser legitimada pela Assembleia Municipal. De seguida, explicou a gestão que tem vindo a ser feita para ampliação e rentabilização do património Municipal e a

comparação deste com o endividamento, daí a boa situação económica da Câmara.

--- **2º PONTO:-** CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO PRAZO (doc. n.ºs. 4 e

5)

- - - **BOUÇA DE MORAIS:-** Felicitou a aprovação unânime da oposição na aprovação desta proposta e chamou a atenção do Executivo Municipal para que a Câmara Municipal não venha a ser uma fonte de especulação imobiliária. -----

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-** Criticou a elevada taxa de juro constante nas propostas apresentadas pelas instituições bancárias, a avaliar pelas que ele próprio diz serem correntes, e sugeriu que a Câmara Municipal perspetive o eventual recurso a este tipo de operações de financiamento em mercado externos, onde as taxas são mais compensadoras, uma vez que, possivelmente a Autarquia estará habilitada para o efeito. -----

- - - **SOARES PEREIRA:-** Criticou o actual Executivo Municipal por recorrer a operações de financiamento numa fase final de um mandato, uma vez que foi posição assumida pelo Presidente da Câmara de que a situação financeira delicada em que encontrou a Autarquia quando tomou posse deste mandato se deveu à contracção de encargos no final do mandato do anterior Executivo. Aludiu também ao facto de a posição do Partido Socialista ser adversa ao recurso de um financiamento para a aquisição de uma quinta. Que o Partido Socialista pensa que o empréstimo em questão se destinará a satisfazer compromissos assumidos e algumas dificuldades de tesouraria. -----

-----  
- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Em resposta à intervenção do Membro Antero Filgueiras, informou que a taxa de juro em questão é muito boa em termos financeiros e sem o perigo de correr riscos cambiais. Que, feitas as contas, o banco financiador limita-se apenas a ter como lucro a percentagem de 1.5, havendo ainda o benefício financeiro de, caso haja uma descida no valor das taxas de juro, o montante dos encargos a pagar ter também uma baixa, daí ser uma contracção de crédito em condições excepcionais. Relativamente à intervenção do mesmo Soares Pereira, informou que já existe





para um leque que rotulou de mais vasto, que é o da dificuldade existente para levar a efeito a construção de habitações no concelho, o que acarreta uma situação grave que não poderá ser colmatada somente pela construção de habitação social. -----

-----

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE:-** Focou um determinado número de situações graves que se verificam na sua freguesia, tais como delinquência, prostituição e droga, decorrentes das deficientes condições de habitabilidade e insalubridade reinante em vários locais da freguesia, nomeadamente o bairro do Sequeiro e junto à escola da Areia. Relativamente à construção de habitações, lembrou a construção de 20 habitações sociais, perspectivada no mandato anterior, a levar a efeito nos denominados loteamentos do Sobreiro, do Costa Pina e no da Cidade Nova, onde a Câmara Municipal possui terrenos. Aludiu à existência de um loteamento clandestino já com todas as infraestruturas executadas e ao papel delicado em que é colocado o Presidente da Junta de Freguesia quando é chamado a pronunciar-se acerca da realização de obras. Finalizou a sua intervenção fazendo votos para que o próximo Executivo tenha em atenção as situações delicadas que se verificam em Darque. -----

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DE NEIVA:-** Chamou a atenção para um caso sucedido na sua freguesia decorrente de uma situação económica degradante e para os casos de carência habitacional existentes e fez votos para que seja iniciada, o mais rápido possível, a construção das habitações sociais previstas para a sua freguesia, a fim de colmatar os casos a que aludiu no início da sua intervenção. -----

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Manifestou a opinião de que os casos isolados de entrega de habitações sociais não resolvem o problema geral em si, o qual é mais vasto que essas iniciativas e necessita da implementação de uma política global e concertada nesse sentido. Contrapôs à intervenção do Membro Domingos Cachadinha a importância de que se reveste para os partidos da esquerda o problema da habitação social. Criticou o facto de a Câmara Municipal ter inscrito no Plano de

Actividades para o ano de 1991 a construção de habitação social nos bairros do Malhão e da Felgueira e a situação de ainda se encontrar por resolver, culpando disso o partido do Governo. Informou ainda que o a CDU irá votar favoravelmente esta proposta, embora tenha consciência de que a construção de habitação social é uma competência do Governo. Seguidamente registou o seu agrado quanto à informação do Presidente da Câmara acerca do preenchimento da capacidade de endividamento da Câmara Municipal e registou a incoerência deste relativamente à posição que assumiu no início do presente mandato, enquanto a CDU se mantém coerente com a posição que sempre assumiu. Corroborou as posições tomadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Darque e de Castelo de Neiva e chamou a atenção para o cuidado a ter com a inserção das pessoas no meio para onde são deslocadas. Finalmente criticou o atraso na apresentação desta proposta e sugeriu que seja implementada uma forma de sensibilização, responsabilização e, eventualmente, de fiscalização, para obstar à degradação dessas habitações. Finalmente lembrou as promessas feitas pelo Primeiro Ministro no sentido de enfrentar a situação da habitação social nas cidades de Lisboa e do Porto e ao interesse e necessidade em alargar essas iniciativas às restantes zonas do país. - -

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Iniciou a sua intervenção dizendo que o ideal seria a aquisição de habitações para fins sociais dispersas pelo concelho, embora a Autarquia tenha já adquirido fogos, sem qualquer ajuda, no montante de cerca de 100.000 contos e que iniciativas como presente, só com meios financeiros do Município, é muito difícil de concretizar. Aludiu também que, embora não concordando com essa solução, foi feita a decomposição de grandes bairros, em outros de menor dimensão e dispersos, uma vez que essa é condição necessária para que haja um financiamento a fundo perdido por parte do Governo em cerca de 50% do custo, sendo a restante percentagem coberta pelo recurso a empréstimos a juros bonificados. Informou também que a Autarquia já construiu um bairro com cerca de 10 habitações na freguesia de Alvarães. Relativamente à intervenção do Membro António Silva, informou que é intenção da Câmara Municipal iniciar uma acção pedagógica e de responsabilização, a levar a efeito pelo Serviço de Acção Social municipal, eventualmente com o

reforço de mais uma funcionária, com vista a reduzir o nível de degradação social das famílias mais humildes do concelho, havendo já uma acção nesse sentido, traduzida pela construção de cantinas escolares, que cobrem praticamente todo o concelho, e contribuem para minimizar os carências verificadas na população escolar, salientando a gratuidade das refeições aos alunos que, pela sua condição económica, não possam pagar a senha para a refeição, atacando assim a pobreza das famílias. Relativamente à freguesia de Darque, informou que não é intenção da Câmara Municipal a construção naquela freguesia de grandes bairros de habitação social, sob pena de contribuir para uma maior degradação e desequilíbrio daquela zona da cidade. Ainda relativamente ao problema da habitação, informou ser intenção da Câmara Municipal a construção de um grande bairro de habitações a preços controlados, para servir famílias de recursos médios e abaixo da média, no qual não há o pagamento da taxas, no seguimento de outros apoios dados aos Municípios de menores recursos financeiros, como prática na aplicação de princípios de justiça social, o qual, segundo informação que lhe foi dada, irá arrancar brevemente, havendo intenção da Autarquia em fazer o mesmo em outros locais do concelho.

-----

- - - Ffinda a discussão deste ponto, o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

- - - Encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa fixou um período de intervenção aberto ao público, tendo-se registado a intervenção de Ana Santos, acerca de problemas com uma casa que possui no Largo 9 de Abril, desta cidade. - -

### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

- - - Nos termos do número 4 do artigo 85º do Decreto-Lei número 100/84, de 29 de Março, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----